



3 de Março de 2020

POR UMA GREVE NACIONAL DO FUNCIONALISMO IMEDIATAMENTE

Contatos: www.pormassas.org
e-mail: por@pormassas.org

NESTA EDIÇÃO:

- Rejeitar as PEIS, INOVA, aumento dos ATPCs, Novotec
- Reposição imediata das perdas salariais

Política Operária

Derrubar o PL 018 da Reforma da previdência de Doria/Rossieli com greve do funcionalismo

O governo Doria/PSDB lançou uma ofensiva sobre o funcionalismo. Impõe o plano de cortes de verbas, exigido pelo capital financeiro, objetivando viabilizar o pagamento da dívida pública. Doria aproveitou o fim do ano passado para mandar, à Assembleia Legislativa, a Reforma da Previdência, fazendo uso da velha tática burguesa de usar o período de final do ano letivo e festas. Só não contou com a divisão entre os parlamentares aliados, que, hipocritamente, se colocaram contra alguns aspectos da reforma, a exemplo dos direitistas major Olímpio /coronel Telhada/PSL. Como o governo obteve uma vitória apertada, no dia 17 de fevereiro, a

votação em segundo turno da reforma da Previdência ficou para o início de março. Certamente, Doria reforçará as barganhas entre os parlamentares, o “toma-lá-dá-cá”, para aprovar a reforma.

Por outro lado, os sindicatos vinculados ao funcionalismo, o que inclui a Apeoesp, insistem e atuar no campo da burguesia, ou seja, na tal pressão parlamentar. Não convocam assembleias unificadas, não se colocam pela greve unitária, e se recusam a ganhar as ruas. Esse é o único terreno seguro para derrotar a reforma da Previdência de Doria. E as associações do funcionalismo negam o caminho da independência de classe.

Mudar o rumo do movimento para derrubar integralmente a reforma

Que a Apeoesp convoque imediatamente uma assembleia para o dia 3 de março. Chega de atos de representação dos sindicatos na porta da Assembleia Legislativa. Os professores precisam ser mobilizados e organizados, por meio da assembleia, para aprovar o caminho da luta.

Lembremos que temos em nossas costas três grandes derrotas: 1) a aprovação da reforma trabalhista de Temer; 2) a votação da reforma da Previdência dos municipais de Bruno Covas; 3) a aprovação da reforma da Previdência de Bolsonaro. Essas derrotas vieram, não porque os trabalhadores se recusaram a lutar. Ao contrário, todas fo-

ram acompanhadas de grande disposição de luta, em particular da classe operária. As derrotas vieram em função da política de desmonte das greves gerais e do desvio para a “pressão parlamentar”. Ou seja, pressão sobre o Congresso Nacional e na Câmara de Vereadores. Essas experiências cravaram fundo sobre os explorados. Não podemos repetir tamanho erro.

A direção da Apeoesp e demais sindicatos do funcionalismo têm de parar de falsificar a realidade e dizer que o método de fazer pressão e negociatas com os parlamentares foi o que garantiu até agora o adiamento da votação. A história de que “em

time que está ganhando não se mexe”, mostra a impotência das direções sindicais. Para quebrar essa aliança dos parlamentares vendidos ao Doria e capitalistas, e derrubar as reformas privatistas e a da Previdência, só há um caminho: construir uma verdadeira greve unitária do funcionalismo e demais trabalhadores.

A Corrente Proletária defende a transformação do ato em assembleia. Que se aprove um chamado a todo o funcionalismo para uma assembleia unificada imediatamente. Que se organizem os comandos unificados visando à paralisação do funcionalismo.

POR UMA GREVE NACIONAL DO FUNCIONALISMO IMEDIATAMENTE

Bolsonaro/Guedes, governadores e prefeitos cumprem a exigência do capital financeiro, de impor as contrarreformas e o plano de privatizações. Há uma ofensiva, em todos os estados, para a aprovação da reforma da Previdência. Governadores vinculados ao PT ou aos partidos orgânicos da burguesia cumprem tal exigência, como o caso de Camilo Santana (PT-Ceará), Rui Costa (PT-Bahia), Fátima Bezerra (PT-RN), Doria (PSDB-SP), para citar alguns exemplos. Todos descarregam o peso da crise nas costas do funcionalismo e demais trabalhadores.

Enquanto os governos estão centralizados nessa exigência, os explorados e, particularmente, os servidores públicos, estão fragmentados. Em cada estado, ou município, o funcionalismo vem enfrentando a destruição de direitos. Não há por parte da CNTE ou dos sindicatos uma política em favor da unidade nacional. Ao contrário, planejaram para 18 de março um "Dia Nacional de Luta". No entanto, a luta ocorre agora.

Acabamos de ver o desmonte da greve nacional dos petroleiros contra a privatização, demissões, e em defesa do Acordo Coletivo de Trabalho. Os petroleiros mostra-

ram enorme disposição de luta, parando as refinarias e plataformas. No entanto, a greve ficou nos marcos corporativos. As direções sindicais não se empenharam em ampliar o movimento para outros setores, como Correios, servidores, etc. Ao contrário, ficaram sob a pressão do governo e do TST. O resultado foi a derrota.

Agora, assistimos aos motins de policiais no Ceará e ao enorme descontentamento em outros estados, a exemplo do Espírito Santo, Paraíba, etc. Os policiais exigem reajuste salarial e manutenção de direitos. Os governos, para cumprir as exigências de cortes de gastos, congelam os salários, e ampliam a superexploração do trabalho. Também, o movimento está limitado à corporação. Por sua vez, Bolsonaro, Moro, Camilo e outros ampliam a ofensiva para derrotar a luta dos policiais.

Está aí por que é mais do que urgente a defesa da greve geral. Disposição de luta é que não falta. O que falta é uma política classista por parte das direções sindicais. A vanguarda consciente tem a tarefa de exigir dos sindicatos a convocação das assembleias e a constituição dos comitês de luta.

REJEITAR AS PEIS, INOVA, AUMENTO DOS ATPCS, NOVOTEC

Derrubar todos os projetos privatista de Doria

O projeto Inova está sendo implantado. O aumento de uma aula por dia deu a impressão de que o professor iria trabalhar menos. Doce ilusão! O governo aumentou os ATPCs, transformando a vida dos que acumulam em um inferno. Ao mesmo tempo, uma parcela significativa de professores contratados continua perambulando pelas Diretorias de Ensino à procura de aulas. As disciplinas do Inova não deram e não darão conta do problema da falta de aulas. Ao contrário, são migalhas, perante o grande o número de salas, turnos, EJAs fechados com a implantação das PEIs, em cada região.

O governo sabe que existe uma grande desconfiança dos professores em seus projetos. O tempo a mais de permanência de alunos e professores na escola não resolverá o problema do analfabetismo funcional. Ao contrário, aumentarão

as dificuldades materiais e pedagógicas, por conta da falta de verbas, professores esgotados, salas lotadas e de uma educação enfadonha, desvinculada das reais necessidades dos alunos.

Por fim, lembremos que é uma luta antiga do magistério a aplicação da Lei do Piso, (1/3 fora da sala de aula sem redução salarial). Ocorre que os governos do PSDB sempre foram contrários. Foi assim em 1996, quando Covas e Rose/Neubauer inventaram as ATPCs e mais tempo de permanência na escola. Alckmin aumentou a quantidade de aulas com alunos; finalmente, Doria aumentou 10% de aulas a título de ATPCs. E, agora, com a nova grade de 6 aulas por dia, mesclada com as disciplinas do Inova, obrigaram-se todos os professores a ficar mais tempo na escola. Mais exploração do trabalho!

Reposição imediata das perdas salariais

Além de dar o calote nos 10,15% de reajuste, Doria voltou com a política de esmolas. Deu uma gratificação para o PEB I, em início de carreira, para alcançar a Lei do Piso Nacional. São poucos professores com formação no Magistério. A grande maioria concluiu a universidade, e ganha como o PEB II, um ínfimo valor de R\$ 12,95 por hora-aula, há mais de 4 anos. Veja abaixo.

JORNADA BÁSICA - 30H SEMANAIS

	Nível	salário base atual / (R\$)	gratificação de piso / (R\$)	Salário novo / (R\$)	Hora-aula hoje / (R\$)
PEB I	I. magistério	1.674,75	243,55	1.918,30	12,79
PEB I	IV. licenciatura	1.925,96	0,00	1.925,96	12,95
PEB II	I. licenciatura	1.938,75	0,00	1.938,75	12,95

Segundo o DIEESE, todos os salários devem ser reajustados em 29,25%, para repor a inflação, e as perdas dos últimos 5 anos. Mas, Doria, ao invés de aumentar os salários, aumentou o tempo de trabalho e permanência dos professores nas escolas, com mais ATPCs. Agora, o governo quer confiscar mais 3% dos salários, através da reforma da Previdência.

Não dá mais! Chega de tantos ATPCs. Exigimos o pagamento de todas as perdas salariais, e a redução da jornada, com aumento dos salários. Vamos calcular em assembleia o valor do piso vital, mínimo necessário para sustentar o professor e sua família. A Corrente Proletária defende o valor de R\$ 5.000,00, por 20 horas semanais.